

MONTAIGNE: A CAMINHO DO EU

Ana Cristina dos Santos Siqueira¹
Pedro Braga Gomes²
Potiguara Acácio Pereira³

RESUMO: Este artigo consiste numa reflexão acerca do significado da Pedagogia do Sujeito na Educação e em especial na Formação de Professores. A partir da leitura do sentido do Eu em Michel de Montaigne. Este está sendo o primeiro de uma série de trabalhos que virão.

PALAVRAS CHAVES: Aprendizagem, Eu, Formação e Sujeito.

***ABSTRACT:** This article consists of reflection as for of the significance from of the Pedagogy of the Subject on Education and on special on formation of the teachers. The part from reading of the grievied of the I in Michel de Montaigne. That is a being the first in a series of works what they will come.*

***KEY-WORDS:** Learning, I, Formation and Subject.*

No ano de 1994, o Prof. Dr. Potiguara Acácio Pereira começou a elaborar, como professor e pesquisador, lotado no Departamento de Educação, na Universidade Federal de São Carlos, o que denominaria, mais tarde, de Pedagogia do Sujeito.

Vivia-se época em que as culturas, responsáveis pela estruturação e organização das sociedades modernas, eram – e ainda o são – instadas a se responsabilizar pelo futuro de cada um

¹ É Professora de Arte da rede pública do ensino estadual paulista. É mestranda em Educação na Universidade Cidade de São Paulo - UNICID e membro do grupo de pesquisa Pedagogia do Sujeito da Universidade de mesmo nome.

² É Professor de Filosofia e Especialista em Bioética e Biotecnologia pela UFLA. É Professor da Faculdade de Educação da FALS. É mestrando em Educação na Universidade Cidade de São Paulo - UNICID e membro do grupo de pesquisa Pedagogia do Sujeito da Universidade de mesmo nome.

³ É Professor Decano do Programa de Mestrado da Universidade Cidade de São Paulo - UNICID e Coordenador do grupo de pesquisa Pedagogia do Sujeito da Universidade de mesmo nome.

de seus cidadãos, principalmente, por conta dos impactos causados pelo desenvolvimento tecnocientífico e, também, por conta da emergência de uma economia globalizada, que obrigava – e ainda obriga – a muitos desses cidadãos a viver em condições deploráveis.

Via, então, a necessidade de pensar numa “outra” escola. Numa escola que formasse professores e alunos preocupados com a situação da Humanidade – o conjunto de todos os homens – e que estivesse atenta para que as relações humanas não se deteriorassem ainda mais.

Constatava também o pesquisador que predominava, no discurso educacional brasileiro, um fortíssimo conteúdo ideológico, que provavelmente seria superado se o professor fosse também formado para pesquisar. Nossos professores têm trabalhado conteúdos científicos, mas desconhecem, quase que por completo, o que é a Ciência. Claro está que não se trata de privilegiar a teoria em detrimento da prática, mas, sim, de, exatamente, superar a dicotomia que a grande maioria dos professores insiste em manter.

Imprescindível, pois, que as culturas concebessem uma noção de sujeito que, convenientemente assimilada, lhes permitiriam modificar os quadros da época. Por outro lado, que estivessem atentas às relações humanas, para que estas não tivessem como sustentáculo a arbitrariedade, a prepotência, a violência, a pressão ou a opressão.

Nesse contexto, a escola teria papel decisivo, que urgentemente deveria ser pensado, com muita clareza. Daí a Pedagogia do Sujeito. Potiguara discutiu-a no âmbito específico da Formação dos Professores.

Contudo, por se tratar de uma representação diferente da que até então vinha sendo considerada, era ainda de difícil compreensão entender o que significava colocar em prática a concepção de que todos nós podemos nos construir e nos reconhecer sujeitos. Ou colocar em prática a concepção de que nós somos nós mesmos.

Por isto, a Pedagogia do Sujeito é entendida como uma teoria e um método, isto é, um procedimento de ensino – os procedimentos de ensino têm a finalidade de fazer com que o aluno aprenda o que têm de aprender – e uma teoria correspondente.

Claro está que Potiguara discute a questão do sujeito individual, mas observa que *de forma alguma, deixa de se referir ao sujeito coletivo, uma vez que sem o individual o coletivo não existe.*

Para esclarecer seu ponto de vista, referiu-se a Aúz (© 2000, p. 2), para quem:

Por 'mentalidade do indivíduo tomada coletivamente' quero dar a entender o mínimo comum denominador de idéias e atitudes que uma maioria comparte. Necessariamente, haverão de participar de alguns pontos de vista, possuir em comum certos valores, diversas convicções ideológicas ou pressupostos psíquicos para formar uma unidade de convivência. Do contrário, se tudo neles fosse díspar e isolado não haveria mais do que átomos desconexos e não se poderia nada explicar.

E, a Deleuze (2001, p. 93), para uma definição de sujeito, isto é, aquele que *se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo. O que se desenvolve é sujeito. (...) Porém, cabe observar que é duplo o movimento de desenvolver-se a si mesmo ou de devir outro: o sujeito se ultrapassa, o sujeito se reflete.*

Para Potiguara, o desenvolver-se a si mesmo, o ultrapassar-se e o refletir, tem que, absolutamente, ser levados em consideração. Por isto, chama a atenção para a importância de dizer **eu**.

É imprescindível, pois, que cada um de nós se construa e se reconheça sujeito. Construir-se sujeito nada mais é do que se construir em todas as suas dimensões. Reconhecer-se sujeito é ser autônomo, é ser livre, é ser responsável, em todas as suas ações.

Sobre as dimensões do sujeito considera uma interioridade e uma exterioridade. Por interioridade entende os aspectos psíquicos relativos ao conhecer/saber, ao fazer, ao sentir e ao querer. Por exterioridade, o que diz respeito ao corpo, à família, à sociedade e ao espiritual (o se voltar para um ser superior, não necessariamente religioso).

Daí as dimensões do sujeito: a psicocorporal, a psicofamiliar, a psicossocial e a psicoespiritual. Os aspectos psíquicos interpenetram-se entre si, como se interpenetram os da exterioridade. E ambas, a interioridade e a exterioridade, interpenetram-se entre si.

É, então, por esse viés, que considera a formação de professores em nova perspectiva, isto é, numa real e radical perspectiva interdisciplinar na condução de suas pesquisas e na maneira de encarar, principalmente, seus alunos como sujeitos, isto é, colocando-os frente à realidade, teórica e praticamente, e levando-os, cada um, a se construir e a se reconhecer sujeitos.

Mas, a Pedagogia do Sujeito não é uma pedagogia acabada. Ela está em constante construção. E, para isso, há que se pensar sempre no conceito de sujeito. Um conceito que precisa ser sempre revisitado.

Pois bem, o trabalho que ora apresentamos é uma síntese do que foi elaborado como resultado das pesquisas, de cunho documental, que desenvolvemos junto ao Programa de Mestrado em Educação, na Universidade Cidade de São Paulo, particularmente, no Grupo de Pesquisa em Pedagogia do Sujeito, coordenado pelo Prof. Dr. Potiguara Acácio Pereira.

Mesmo sabendo que pesquisas recentes afirmam que *o sujeito moderno foi inventado na Idade Média* (HAIDU, 2006, p. 11), decidimos, neste trabalho, seguir a tradição e considerar as meditações cartesianas como aquelas que levaram ao nascimento da subjetividade moderna.

Seria, no entanto, inadequado iniciar os trabalhos aprofundando-nos no discurso cartesiano. Procuramos, então, a fonte, na qual bebeu o pai da Filosofia Moderna, para elaborá-lo: Michel de Montaigne (1533 – 1592), autor de *Os Ensaios* (1580 – 1588), uma nova forma literária, mesmo que não tenha se valido neles dos termos “subjetividade”, “sujeito” e “o eu”.

De fato, quanto ao termo “sujet”, ele se apresenta, na obra de Montaigne, nas seguintes acepções:

- a) como substantivo, significando “assunto” ou “objeto” – e nesse caso o “assunto” do qual se fala muitas vezes será o próprio Montaigne, como anunciar a famosa passagem de apresentação de seu livro: “Assim, leitor, sou eu mesmo a matéria do meu livro: não é sensato que empregues teu lazer em um assunto (*sujet*) tão frívolo e tão vão” (Ao Leitor, 3/4), ou ainda “Estudo a mim mais do que qualquer outro assunto” (III, 13, 1072/434);
- b) como substantivo, em geral no plural, significando “súditos”;
- c) como adjetivo, significando “estar submetido ou sujeito a algo” (BIRCHAL, 2007, p. 22).

Birchal (Op. Cit., p. 23), ao se referir ao “eu” montaigniano, apela para Vincent Carraud para lembrar que *o uso substantivado do termo não é anterior a Pascal que perguntou “Qu’est-ce que Le moi?”* Nesse sentido,

Não há no texto dos *Ensaíos* as formas substantivadas – “le moi” ou “le je” - , mas apenas o pronome “je” ou sua forma reflexiva “moi”, que aparecem com profusão [Segundo a *Concordância* de Leake, o termo “je” aparece 5007 vezes, “moi”, 644 vezes e “moi-même”, 65 vezes] e indicam, sempre, a pessoa concreta de Montaigne. E mais: o emprego da forma substantivada levaria o leitor, insensivelmente, a uma concepção substancial, universal e abstrata do sujeito, o que seria muito problemático de se supor em se tratando de Montaigne. Para alguns, essas seriam razões suficientes para não se utilizar, ao se tratar do autor dos *Ensaíos*, o termo “subjetividade” ou “o eu de Montaigne”, utilizado neste livro (BIRCHAL, Op. Cit., p. 23).

O que, efetivamente, não constituiu nenhum impedimento para as discussões que se seguiram.

Vida e Obra

Michel Eyquem de Montaigne nasceu no dia 28 de fevereiro de 1533, ano em que Calvino adere á Reforma. No ano de 1539, inicia seus estudos no Colégio de Guyenne, em Bordeaux, e, em 1547, seus estudos em Direito, na cidade de Toulouse. Tornou-se magistrado no ano de 1554, em Périgoux, lá permanecendo até 1570. Posteriormente, exerceu a magistratura em Bordéus. Nesse tempo de magistratura, conhece, em 1557, Etienne de La Boétie. Em 1563, a morte do amigo abalou-o profundamente.

Etienne (1530 – 1563) foi um filósofo francês. Traduziu Xenofonte e Plutarco e escreveu o Discurso da Servidão Voluntária.

No ano de 1568, herdou, com a morte de seu pai, o castelo dos Montaigne, quando, então, se tornou Seigneur de Montaigne. No castelo, pôs-se a estudar e a refletir.

No ano seguinte (1569), traduz a Teologia Natural, escrita entre 1434 e 1436, do espanhol Raymond Sebond. Aliás, o décimo segundo capítulo dos Ensaios recebeu o nome de Apologia de Raimond Sebond. *Considerado freqüentemente pelos comentadores como o `ensaio cético` por excelência, ele se estrutura como um amplo ataque à ` vaidade` ...* (EVA, 2004, p. 11).

Raymond Sebon nasceu em Barcelona, ao final do século XIV, e morreu em 1436. Era professor de Medicina, Filosofia e régio de Teologia em Toulouse.

Dois anos depois (1571), é agraciado com o colar da Ordem de Saint Michel e o título de Cavaleiro da Câmara do Rei.

1580 é um ano importante para Montaigne. Nele, publica, em Paris, os dois primeiros volumes dos Ensaios.

Depois, viajou pela Europa durante dois anos. Contou-a em livro chamado de Journal de Voyage.

Em 1581 a 1585, dedicou-se à Câmara em Bordeaux, para a qual fora eleito.

Regressou ao castelo para rever e ampliar Os Ensaios, que foram postos à disposição do público em três publicações: os dois primeiros livros em 1580 e 1588 – a edição de 1588 contém também o terceiro livro e, em 1595, os três livros e acréscimos.

Morreu em 13 de setembro de 1592.

As reflexões

Com Montaigne, ceticismo e fé convivem harmoniosamente. Embora desconfie da *razão*, por conta do ceticismo, o autor de *Os Ensaios não coloca a ' fé' em causa, pois esta se situa num plano diferente...* (REALE; ANTISERI, 1990, p. 93).

Para o ceticismo, não se pode ter certeza a respeito da verdade, o que implica no estado de dúvida permanente, e na impossibilidade de compreensão dos fenômenos metafísicos, religiosos e até mesmo da realidade.

Na Idade Média, os avanços da 'ciência' eram ligados aos entendimentos religiosos sobre

a criação mítica do universo. E o desenvolvimento técnico, para melhorar a rotina social, passava pelo crivo do clero.

No processo de transformação, chamado de Renascimento, cujo início data por volta do século XII, com a formação das cidades, seus moradores podiam ganhar a vida com ocupações de comércio e não somente atividades rurais.

Os impostos exorbitantes, cobrados pelos donos das terras, perdiam fôlego e os caminhos abertos para o Oriente, pelas cruzadas, facilitavam o comércio de artigos barateados e propiciava a compra de propriedades, pelos burgueses emergentes, que passavam a se preocupar com sua própria imagem pessoal e status social.

Pode-se, pois, dizer que o Renascimento transformou a moradia e a concepção de cidade, assim como o de centro sócio/cultural. Libertou o homem para conceber idéias, financeira e religiosamente. Provocou, inclusive, uma cadência de renascimentos, que influenciaram decididamente o mundo ocidental.

Neste período, os estudos científicos se libertaram da rigidez religiosa. Foi um período de transição, que transformou o pensamento, o homem, o social e o religioso. Despertou o combate a medos e impedimentos de conhecer a natureza e suas complexidades: pensamento, sentimento, percepção e interação.

Lentamente adquiriram saberes com a impressão de livros e a popularização dos estudos pela igreja. Discutiam, nos lugares da vida em comum, moral, conduta, justiça, boa fé e pureza. Nas salas de aula, formulavam-se críticas sobre os métodos dogmáticos próprios da questão divindade e criavam caminhos de investigação sobre o 'natural' da vida real.

O ser humano passa a se preocupar mais consigo mesmo, com as atitudes e a moral, perante os olhares alheios e, principalmente, do olhar severo do próprio EU.

A atenção está voltada para objetivos pessoais.

Montaigne, como homem de seu tempo e influenciado pelas questões do momento, buscava compreendê-las influências filosóficas do ceticismo, epicurismo e estoicismo.

São elas que fundamentam as percepções que Montaigne tem sobre o desejo, o impulso e a maneira individual de lidar com as circunstâncias.

Para melhor entendermos sua linha de pensamento, faz-se importante conhecer essas

influências filosóficas, que serviram de referência, para a discussão do EU e influenciaram a Ciência e a Filosofia Modernas, em especial, no século XVI.

São idéias já discutidas desde a Roma Antiga e que são interligadas, como uma seqüência lógica na definição dos princípios que regem a investigação científica.

Numa época em que a Igreja ainda buscava em Santo Agostinho (354-430), e seus seguidores, grande parte da sustentação doutrinária, Montaigne formulou um amplo sistema filosófico, que conciliava a fé cristã com o pensamento do grego Aristóteles (384-332 a.C.), algo que parecia impossível, até herético, para boa parte dos pensadores da época.

Não se tratava, apenas, de adotar princípios opostos aos dos agostinianos, que se inspiravam no idealismo de Platão (427-347 a.C.), mas de trazer para o próprio EU um pensamento que não concebia um Deus criador nem a vida após a morte.

Provocado por todos os lados a compreender o EU, que transformaria a civilização ocidental, busca nas discussões, por vezes incompreendidas, da Antiguidade, bases para as fundamentações de seu tempo, para suas percepções da condição humana de representar o EU e conviver com a dicotomia que constitui o sujeito.

Para entender o EU, precisou compreender o outro e para entender o outro precisou compreender-se a si mesmo.

Por esta idéia, Montaigne buscava, nele mesmo, as percepções que percorreu em *Os Ensaios*. Em suas investigações, a reação do sujeito perante a complexidade das relações subjetivas, que reagiam ante as relações sociais (aparentes). Nos relatos que faziam menção às convenções sociais, criticava o aprisionamento do sujeito, pelas convenções estabelecidas pelos sujeitos, e os segredos da individualidade humana pertencentes a padrões de comportamento e sentimentos universais, mas que preservavam a condição ímpar de conceber e compreender o corpo, a mente e o espírito.

Será possível desvelar os fetiches e o impulso de contradição, característicos do EU, por meios das idéias de Montaigne?

No bojo de *Os Ensaios* percebe-se certa preocupação de seu autor com a articulação entre o binômio da escrita e a da sua experiência de vida pública, articulação esta, muito importante, salutar e necessária, já que sem se constituir sujeito, neste seu momento de vida pública, não teria

dado, ao ex-prefeito de Bordeaux, o que escrever e sua escrita sem a sua experiência não teria sentido.

Montaigne deixou-nos um grande ensinamento, ao afirmar que (...) fez-me o meu livro, mais do que eu o fiz; e autor e livro constituem um todo; é estudo de mim mesmo e parte integrante da minha vida; não sou diferente do que apresenta nem ele o é de mim...

Os elevados requisitos que Michel impõe a si mesmo, quando, ao exigir um severo autoconhecimento e uma grande disposição de trabalhar o seu próprio Eu, mostrou bem as intenções do pensador.

Para ele, não era possível transformar totalmente o seu carácter, mas era possível aceitar o seu próprio EU. Por aí que alguma coisa, nele mesmo, poderia ser modificada, e, por isto, a tomada de atitudes para modificar os comportamentos negativos.

Quanto mais consciente se aprofundasse no próprio EU, quanto mais se deixasse levar pelo caminho interior, mais forte seria o processo de transformação que seria posto em marcha.

Ao se tornar consciente de seu EU estaria protegido das necessidades inconscientes e das paixões reprimidas que poderiam adular a sua maneira de ver as coisas, os fatos e os acontecimentos presentes.

Foi assim pensando que o filósofo do EU pensava uma sociedade que se apegasse amedrontada às normas, mas sim uma comunidade de homens e mulheres que tivessem a coragem de se arriscar a trilhar um novo caminho.

A porção mais influente da obra de Aristóteles havia desaparecido das bibliotecas da Europa, embora tivesse sido preservada no Oriente Médio. Só começou a reaparecer no século XII, principalmente, por meio de comentadores árabes, conquistando grande repercussão nos círculos intelectuais.

As idéias de Aristóteles respondiam melhor aos novos tempos do que às do neoplatonismo. O neoplatonismo caracteriza o conjunto de doutrinas filosóficas e religiosas pensadas por aqueles que buscaram desenvolver as idéias de Platão. Vivia-se o período final da Idade Média e a transição de uma sociedade agrária para um modo de produção mais orientada para as cidades e a atividade comercial. Os avanços da técnica começavam a influir na vida das pessoas comuns e os trabalhadores urbanos se organizavam em corporações.

Desta maneira, o que um homem pode conhecer melhor, a partir de seu posto de observação, é ele próprio. Para Michel de Montaigne, o “conhece-te a ti mesmo” (Sócrates) não é apenas uma lei moral, mas uma exigência da teoria do conhecimento.

Seus ensaios representam uma verdadeira revolução epistemológica, não só porque funda o conhecimento na experiência do EU, mas, também, porque o filósofo parte da admissão de sua total ignorância em face de cada novo objeto que decide examinar. Coloca-se, assim, fora de toda a tradição, ao relento de qualquer doutrina diante do mundo.

O Eu em Michel de Montaigne, está voltado ao equilíbrio na distribuição das forças. Aquele que assume responsabilidade sobre os outros precisa também lidar de maneira responsável com as suas próprias forças. Caso exigir demais de si mesmo a todo o tempo, não ajudará de fato a comunidade. De forma inconsciente, pode exigir do outro mais do que estará em condições de ofertar. (política).

A influência da Filosofia Estóica na obra de Michel de Montaigne está voltada para o viver do EU sereno e livre das paixões e dos desejos. Mas preocupado em manter a calma interior em todas as situações advindas das circunstâncias externas. Demonstrando com isso um alto grau de maturidade na lida com o desconhecido. Neste sentido um EU que direciona que aponta caminhos, que nos conduz e que nos guia. Uma contribuição aparentemente pequena na sua ação, mas muito valiosa na sua dimensão.

Os Ensaios constituem obra atual e universal. Obra deixada como reflexão para pensar a atualidade, mesmo que eles mesmos não tivessem sido pensados com essa finalidade. (...) *Adverte-o ele de início que só escrevi para mim mesmo, e alguns íntimos, sem me preocupar com o interesse que poderia ter para ti, nem pensar na posteridade...* (Montaigne, 1996, p 31).

Montaigne percorreu diversos temas como, por exemplo, a tristeza, a morte, a ociosidade, a desigualdade entre os homens, os canibais, ou do hábito de se vestir; sem compromisso com a erudição e sem rigores de método em sua escrita.

Retirou-se das coisas do mundo para, longe delas, poder entendê-lo e compreender-se a si mesmo.

Suas investigações misturaram experiência de vida a conhecimentos adquiridos nas inúmeras leituras que realizou. Em Montaigne, o processo de formação coincide com o

conhecimento de si mesmo, o mergulho nas experiências e a tomada de posição perante os acontecimentos da vida.

Percebe-se nos Ensaios de Montaigne seu gosto por vários escritores e linhas filosóficas, como se procurasse não um pensamento que pudesse seguir unicamente, mas ter sua própria linha de pensamento, livre de amarras. É como buscar conhecer muitos caminhos, a fim de encontrar inspiração para fazer o seu próprio.

Referências Bibliográficas

- BIRCHAL, Telma de Souza. **O Eu nos Ensaios de Montaigne**. Belo Horizonte: UFMG, 2007
- EVA, Luiz Antonio Alves. **Montaigne contra a vaidade**. Um estudo sobre o ceticismo na *Apologia* de Raimond Sebond. São Paulo: Humanitas/FFCL/USP; FAPESP, 2004.
- Haidu, Peter. **Sujeito medieval / moderno**. Texto e governo na Idade Média. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2005.
- PEREIRA, Potiguara Acácio. *Pedagogia do Sujeito*. In: FURLANETTO, E. C.; MENESES, J. G. C. de; PEREIRA, P. A. (Org.). **A Escola e o Aluno**. Relações entre o sujeito-aluno e o sujeito-professor. São Paulo: AVERCAMP, 2007.
- MONTAIGNE, Michel de. **Ensaios**. São Paulo: Victor Civitas, 1972.
- REALE, Giovanni; ANTISER, Dario. **História da Filosofia**. V.2, 3ed, São Paulo: Paulus, 1990.